



GT2. Impacto da crise econômica global nas Américas
30 de agosto – 1 de setembro de 2012. Cidade do Panamá, Panamá
Especialistas: Laura Gómez-Mera (Argentina) e Ottón Solís Fallas (Costa Rica)

RELATÓRIO

O Grupo de Trabalho denominado "**Impacto da crise econômica global nas Américas**", reuniu-se na 9ª Assembleia Plenária do ParlAmericas, na Cidade do Panamá, Panamá, nos dias 30 e 31 de agosto de 2012, com a participação de delegados de: Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Panamá, Paraguai e Suriname.

Michael L. MacDonald (Canadá) e María Jeannette Ruiz Delgado (Costa Rica) presidiram as sessões do grupo, que tinha como objetivos:

- Analisar as consequências políticas e sociais da crise econômica global
- Estudar em que medida e de qual maneira a crise mundial tem afetado a dinâmica política e a governança democrática nas Américas
- Estudar as políticas fiscais e sociais específicas existentes para responder à crise
- Analisar o Efeito China na mitigação do impacto da crise econômica mundial nas Américas

RECOMENDAÇÕES

1. Promover a legislação interna para que nossos países possam contar com ferramentas de uso macroeconômico e estrutural, que nos fortaleçam perante as possíveis mudanças na conjuntura mundial, de tal maneira que permitam uma tomada de decisão defensiva em caso de perigos externos que possam desestabilizar nossas economias.
2. Legislar para promover a gestão do conhecimento do capital humano, ciência e tecnologia para fazer, através de políticas públicas, nossos países competitivos perante o mercado local e internacional em áreas como educação, agricultura, saúde e manufatura.
3. Legislar para fortalecer a institucionalidade e a independência das entidades encarregadas de fiscalizar os atos de corrupção, que provocam a diminuição da confiança nos Estados democráticos, aumentando a instabilidade política e as pressões sociais.
4. Criar marcos legais que propiciem o fortalecimento do tecido produtivo, de tal forma que se satisfaça a demanda interna e se detenha o processo de primarização das exportações. Isto poderia ser alcançado através de incentivos para os produtores que ofereçam valor agregado a seus produtos e de uma legislação que incentive a distribuição de riqueza equitativa.
5. Promover legislação que converta a reinserção dos fluxos migratórios se transformando num fator positivo para nossas economias.

Michael L. MacDonald (Canadá) e María Jeannette Ruiz Delgado (Costa Rica), presidentes